

GRUPO PARLAMENTAR



PROPOSTA DE LEI N.º 61 /XIV
ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2021

PROPOSTA DE ADITAMENTO

CAPÍTULO IX

Outras disposições

Artigo 156.º- D

Apoios para o arranque e controlo de eucaliptos de crescimento espontâneo

Durante o ano de 2021, o Governo através do Mecanismo de Recuperação e Resiliência disponibiliza um apoio financeiro aos pequenos proprietários e produtores florestais, às autarquias e às entidades gestoras de baldios para o arranque e controlo de eucaliptos de crescimento espontâneo nas áreas que foram percorridas por incêndios desde 2017.

Nota Justificativa:

O eucalipto é, segundo o inventário florestal realizado em 2013, a espécie dominante na Floresta Portuguesa, ocupando quase 850 mil hectares, área que será hoje maior em consequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, da responsabilidade do PSD/CDS, conhecido por liberalizar o plantio do eucalipto, permitindo que entre 2013 e 2017 tenha havido um crescimento sem precedentes de plantações desta espécie, motivado pela pressão e interesse das celuloses.

Os impactos negativos desta monocultura são há muito denunciados pelos Verdes, nomeadamente ao nível ambiental, devido ao esgotamento dos recursos

hídricos, à perda acentuada da biodiversidade, ao empobrecimento dos solos e agravamento da desertificação, à uniformização paisagística, bem como pelo facto de acentuar do risco de incêndio deixando as populações rurais e periurbanas mais vulneráveis.

As áreas com povoamentos de eucaliptos são das que mais ardem em Portugal. Os incêndios ocorridos nos últimos anos são demonstrativos da vulnerabilidade a que as populações, em particular as que residem nas áreas rurais estão expostas.

O flagelo dos incêndios para além das grandes repercussões imediatas ao nível económico, social, ambiental e de perda de vidas humanas como foi evidente nos grandes incêndios de 2017, deixam também impactos extremamente negativos a longo prazo com alterações muito significativas em particular ao nível dos ecossistemas e da biodiversidade, de que a proliferação de espécies de crescimento rápido é exemplo, como é o caso do eucalipto.

Após o fogo esta espécie exótica acaba por regenerar, através do tronco e/ou da base, sendo poucas as árvores que acabam por morrer com o fogo, bem como após os incêndios, as cápsulas lenhosas que estavam nas copas da árvore abrem largando sementes (milhares em cada indivíduo) que germinam com as primeiras chuvas.

O eucalipto reproduz-se com bastante facilidade por ter as condições propícias, com a ausência de vegetação não encontrando competidores diretos. As sementes germinaram naturalmente de uma forma descontrolada, levando a que estes comecem a nascer rapidamente e em grande densidade por toda a área ardida invadindo áreas que anteriormente eram ocupadas por outras espécies.

Muitos investigadores que desenvolvem estudos nesta área têm alertado para a necessidade de tratar e limpar os terrenos percorridos pelos incêndios para evitar uma autêntica selva com árvores de diferentes tamanhos ocupando povoamentos florestais, que em pouco tempo, ficarão repletos de material combustível e com riscos agravados de incêndio.

Estas áreas estão a tornar-se um autêntico barril de pólvora com consequências incontrolláveis. Para estancar a “catástrofe” ambiental, onde praticamente todas as sementes acabam por germinar no espaço de um ano, é necessário proceder ao arranque das árvores junto à raiz e não apenas o corte na base do tronco para impossibilitar novos rebentos.

Tendo em conta que estas árvores são de crescimento rápido, quanto mais o tempo passa maiores serão os custos e a dificuldade pelo que a operação de arranque deva ser realizada, poucos meses após a ocorrência, o que não se verificou com os grandes incêndios de 2017. É incompreensível que não tenham sido tomadas medidas para evitar esta intensificação descontrolada do eucalipto.

Após os incêndios os eucaliptos acabam por formar autênticos “relvados”, germinando igualmente em qualquer espaço seja nos terrenos anteriormente ocupados por outras espécies arbóreas, terrenos agrícolas/matossos/incultos, nos

aglomerados populacionais, em caminhos agrícolas e florestais, entre muitos outros locais em que não há qualquer intervenção incluindo até nas bermas das faixas de rodagem.

Perante as evidências do passado e tendo em conta o acentuar das alterações climáticas e respetivos fenómenos extremos associados à mudança do clima é desde logo importante tomar todas as medidas para salvaguardar futuramente as populações em particular as que se localizem nas áreas de interface urbano-florestal.

Desde logo, uma das principais medidas passa indubitavelmente pelo arranque, controlo de eucaliptos e a sua substituição por espécies mais resilientes aos incêndios. Nos grandes incêndios de 2017 a maioria das edificações afetadas estavam genericamente integradas em áreas florestais de Eucalipto e ou Pinheiro-bravo que dominavam num raio de 1000 metros à sua volta.

Palácio de S. Bento, 29 outubro de 2020.

Os Deputados

José Luís Ferreira

Mariana Silva